Área rural com perfil urbano

Câmara aprova criação de posto de saúde, escola e outros benefícios à Colônia Vicente Pires. Ministério Público contesta a lei

Cibelle Colmanetti Da equipe do Correio

🕇 riada há 17 anos, a Colônia Agrícola Vicente Pires nunca Leve um posto de saúde. O posto policial conta com dois policiais militares e nenhuma viatura. Colégio? Só até a 4ª série primária. Por conta disso, os agricultores que moram no local sempre tiveram de recorrer ao Guará e a Taguatinga para resolver os mais simples problemas.

Na última segunda-feira, mais de 60 desses pequenos produtores foram à Câmara Legislativa fazer barulho em causa própria. E conseguiram. Por 22 votos contra duas ausências, viram sua antiga reivindicação aprovada: a criação do Complexo Vicente Pires, que reunirá uma série de servicos públicos inexistentes na comunidade.

O projeto, de autoria do deputado Gim Argello (PFL), prevê a constru-Was 400 read recommendately Apolio per of jujeressados procurar as divisões de cultura abertas para artistas plásticos de todo o DF. De 15 de abril a 10 de junho, inscrições Mód. A Area Especial 15, Ceilándia Norte. poeira - Fundação Ladainha, QNN 15 4º Salão Brasiliense de Artes Plásticas de Ca-

missão para o plantio coletivo de pasto no local. Os agricultores cercaram e limparam o terreno, mas não tiveram tempo de plantar, pois a autorização foi revogada com a mudança de governo.

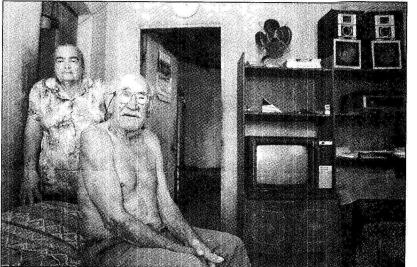
A área cercada por arame farpado está coberta de mato, propício para o depósito de lixo. E ainda não há previsão para o início das obras, pois elas sequer foram orçadas. A Arvip avisa logo que não tem dinheiro. "O que temos é boa vontade", afirma Meireles.

POLÊMICA

O secretário de Comunicação, Welligton Moraes, afirma que o projeto tende a ser sancionado pelo governador Joaquim Roriz, por se tratar de um desejo antigo da comunidade. Mas faz uma ressalva: "Antes de qualquer decisão, será analisado o aspecto legal da proposta".

É justamente neste ponto que o projeto torna-se polêmico, pois a

ontras cidades, como l'aguada e ressadas na vaga e que moram em a receber ligações de pessoas inte-Justifica. Araci recorda que chegou ida e volta. São R\$ 2,40 por dia", ro pagar as passagens de onibus despesas são altas. As vezes fica cara quem more no Cruzeiro. "As para costureira. De preterência pacion nos ciassificados uma vaga -min de Quadros, de 65 anos, anun-



João Pedro Ávila, há 33 anos na Vicente Pires: esperança de melhorias

São estas condições que levaram o Ministério Público a questionar a lei. "Se o governo aprovar, entraremos em juízo para contestar a medida pois ela vai contra a constituição do DF", assegura Wilton Queiroz de Lima, promotor da Ordem Urbanística do Ministério Público.

ÁREA ESPECÍFICA

De acordo com ele, os deputados teriam a competência de elaborar leis de caráter geral, mas não pode-

morava perto da QSD 18", conta a mao. Perguntou também quem nha. Algumas pessoas levantaram duem tinha experiencia. Eu não ti-"Um rapaz perguntou na sala tivo: nao motava perto do serviço. praticamente desclassificada. Momas no momento da seleção, 101 até Taguatinga, Preencheu a ficha, vem que mora em Cenandia viajou

becos das quadras de Ceilândia aos profissionais de segurança pública iá estão em execução.

A própria ocupação da Colônia é alvo de questionamento. Fundada inicialmente como núcleo rural, a região está se transformando em área urbana. Das 358 chácaras, aproximadamente 40% foram loteadas, segundo cálculos da Arvip. Mais próximo a Taguatinga, os condomínios residenciais irregulares proliferam, o que preocupa os am-e requesas este preocupa os am-

e Cidadania (Apec), em Ceilândia la na Agencia Pública de Emprego pregada, que ontem enfrentou a fi-

ANÁLISE DA NOTÍCIA

OS TRÊS LADOS DA HABITAÇÃO

O que deve definir a política de destinação de terras no Distrito Federal? Esta resposta, há muito discutida, recai em três questões: técnica, social e política. O debate entre Câmara Legislativa e Ministério Público do DF trata justamente disso. A Casa parlamentar tem uma longa história de leis que dispõem sobre a destinação de áreas públicas para outros fins, como a entrega de lotes para os policiais civis e militares e a transformação de áreas rurais em urbanas.

Segundo a Ordem Urbanística do Ministério Público, essas atribuições caberiam ao Executivo. Por quê? Porque, para elaborar qualquer tipo de lei de caráter fundiário é necessário um op ap sagaipa sep eun wa asuaji

Licados do Correio Brazidoméstica, Estava no classivaga era para empregada

local de trabalho. Restrição não contraria lei aue exigem endereço residencial perto do sprae o sorbres a empreso reclamam de ofertas